



1° Simulado Progressivo

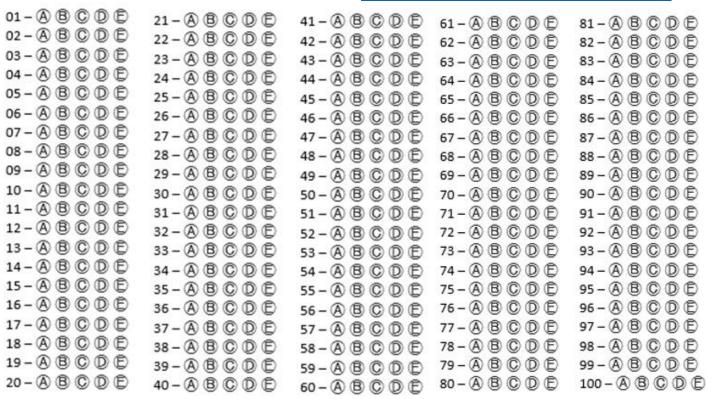
Regulares para Delegado de Polícia - 27/02/21

Nome:		

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 Este simulado conta com questões focadas nos concursos para Delegado;
- 2 A prova contém **100 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital de concursos para o cargo;
- 3 As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil de concursos da área,, com questões de múltipla escolha A, B, C, D, E.
- 4 Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 Os participantes têm das 8:30 às 13:00 para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - http://bit.ly/Simulado-Delegados-27-02





DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

- **01.** A respeito do Direito Constitucional intertemporal, conforme posicionamento doutrinário e jurisprudencial, tomando-se por base a realidade brasileira, indique a alternativa correta.
- **a)** No Brasil, promulgada uma nova constituição, as normas da constituição pretérita que não apresentarem incompatibilidade material com o novo texto permanecerão em vigor no ordenamento jurídico.
- **b)** A entrada em vigor de nova carta constitucional provoca a ruptura com a ordem jurídica anterior, de modo que as leis infraconstitucionais pretéritas sofrem a revogação tácita.
- c) As normas do Poder Constituinte Originário alcançam fato futuro de fato passado, adequando-o aos preceitos estabelecidos pela nova ordem constitucional.
- d) A Constituição Federal de 1988, embora não tenha adotado a recepção tácita de normas constitucionais, aplicou a teoria da repristinação, de modo que dispositivos revogados pela constituição por ela também revogada e que guardam compatibilidade material com o novo texto constitucional voltaram a produzir efeitos no ordenamento jurídico.
- **e)** As leis infraconstitucionais federais e estaduais anteriores à atual Constituição Federal que não guardam compatibilidade com o novo texto constitucional, mas continuam a ser aplicadas pelo Poder Público, podem ser combatidas por meio de ação direta de inconstitucionalidade.
- **02.** O artigo 142, § 1º, da CF/88, dispõe que lei complementar estabelecerá as normas gerais a serem adotadas na organização, no preparo e no emprego das Forças Armadas. Essa norma constitucional, conforme doutrina clássica, é de eficácia
- a) limitada, declaratória de princípio institutivo.
- **b)** contida e aplicabilidade diferida.
- c) limitada, declaratória de princípio programático.

- **d)** contida e aplicabilidade imediata.
- e) plena e aplicabilidade direta e imediata.
- **03.** Quanto à eficácia das normas constitucionais, conforme posicionamento de José Afonso da Silva e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, indique a assertiva correta.
- a) A Constituição Federal dispõe que "é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer." Essa norma constitucional ilustra exemplo de norma de eficácia limitada, porque o exercício da liberdade depende de lei regulamentadora da profissão.
- **b)** O inciso XXII do artigo 5º da CF/88 estabelece que "é garantido o direito de propriedade." Essa norma constitucional é classificada como de eficácia contida.
- **c)** O direito de greve do trabalhador, conforme definido no artigo 9° da Constituição Federal, exemplifica espécie de norma constitucional e eficácia limitada.
- **d)** A norma constitucional de eficácia contida é aquela que depende da produção de leis infraconstitucionais para que possa produzir os seus efeitos.
- **e)** Normas constitucionais de eficácia limitada, enquanto não regulamentadas, não produzem efeitos no ordenamento jurídico.
- **04.** O Congresso Nacional aprovou proposta de emenda à Constituição (PEC), de iniciativa de um terço do Senado, para modificar os critérios de escolha de Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). A respeito do caso narrado, de acordo com as normas constitucionais referentes ao processo legislativo, aponte a alternativa correta.
- **a)** A emenda é inconstitucional, por vício de iniciativa, uma vez que PEC a respeito do Poder Judiciário é de iniciativa privativa do Supremo Tribunal Federal.
- **b)** O vício de iniciativa no processo legislativo tanto das leis quanto das emendas à Constituição Federal poderá ser sanado pela sanção presidencial.



- **c)** No processo legislativo das emendas à Constituição Federal, diferente do que ocorre no processo legislativo ordinário, não há sanção e nem veto. A única participação do Presidente da República e na iniciativa.
- **d)** A emenda é formalmente inconstitucional, uma vez que não foi apresentada por nenhum dos legitimados descritos na Constituição Federal.
- **e)** A Proposta de emenda deveria ter sido enviada ao Presidente da República para, no prazo de 15 dias úteis, manifestar-se sancionando ou vetando.
- **05.** A respeito do Poder Constituinte Derivado Reformador, nos termos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988, indique a alternativa correta.
- **a)** Apenas o Presidente da República e um terço dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal têm iniciativa no processo legislativo das emendas à Constituição.
- **b)** Uma proposta de emenda à Constituição para ser aprovada depende da aprovação em dois turnos de votação em cada Casa do Congresso Nacional, com quórum de maioria qualificada de dois terços, no mínimo, em cada turno, em cada Casa.
- c) Por força do princípio da irrepetibilidade, matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa, salvo mediante solicitação da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.
- **d)** A Constituição Federal não poderá ser emenda durante o ano eleitoral. Trata-se de limitação circunstancial ao poder de reforma da Constituição.
- **e)** No processo legislativo das emendas à Constituição não é dada ao Chefe do Executivo a competência para sancionar, promulgar e publicar emenda, diferentemente do que se dá no processo de criação das leis.

- **06.** Acerca dos conceitos, das classificação das constituições e da Constituição Federal de 1988 (CF/88), indique a opção correta.
- **a)** Constituições cesaristas são aquelas impostas, criadas sem a participação popular.
- **b)** Quanto ao modo de elaboração, a CF/88 é classificada como dirigente.
- **c)** Conquanto as constituições históricas sejam juridicamente flexíveis, sob o aspecto político, são normalmente rígidas.
- **d)** Constituição, na definição de Hans Kelsen, corresponde a uma decisão política fundamental.
- **e)** No sentido sociológico, as constituições são normas puras, puro dever ser, puro dever fazer.
- **07.** Acerca do conceito e da classificação das constituições, assinale a opção correta.
- **a)** A constituição, segundo a concepção política de Ferdinand Lassalle, corresponde a uma decisão política fundamental, de modo que é possível ter no Estado duas Constituições: uma real e efetiva e outra que é mera folha de papel.
- **b)** Carl Schimitt idealizou o sentido político de Constituição, segundo o qual são normas constitucionais tudo o que estiver codificado numa lei organizadora do Estado, sem fazer qualquer distinção entre normas de cunho formal ou material.
- c) A Atual Constituição brasileira, quanto à finalidade, é classificada como garantia, uma vez que retrata apenas o indispensável para a existência do Estado brasileiro, com o propósito de submeter todas as forças políticas existentes ao seu regramento.
- **d)** No Brasil, dada a supremacia formal da Constituição, a distinção entre normas materialmente constitucionais e normas formalmente constitucionais é irrelevante para fins de aferição da possibilidade de controle de constitucionalidade das normas infraconstitucionais.
- **e)** Toda Constituição rígida é escrita, assim como toda constituição flexível é não escrita.



- **08.** A respeito de conceito, elementos e formação de Estado, forma de Estado, sistema de governo e forma de governo, indique a única resposta INCORRETA.
- **a)** Em uma República, o governante deve ser eleito diretamente pelo povo.
- **b)** A forma federativa de Estado, no Brasil, constitui limitação material expressa ao poder de reforma da Constituição e não pode ser abolida nem mesmo por emenda à Constituição.
- **c)** Em decorrência do sistema presidencialista de governo, no Brasil, o Presidente da República acumula as funções de chefe de Estado e chefe de governo.
- d) Em uma federação, a organização políticoadministrativa do Estado é descentralizada, de maneira que, no caso brasileiro, União, Estados, Distrito Federal e Municípios são autônomos, não havendo nenhum tipo de hierarquia entre os entes.
- **e)** A República não foi consagrada expressamente pela Constituição Federal de 1988 como cláusula pétrea.
- **09.** A respeito dos Princípios Fundamentais, indique a alternativa correta.
- **a)** A forma republicana de governo integra expressamente o chamado núcleo duro da Constituição, mais conhecido como cláusula pétrea.
- **b)** Não-intervenção; dignidade da pessoa humana e concessão de asilo político são princípios que regem as relações internacionais do Brasil.
- c) Construir uma sociedade livre, justa e igualitária e erradicar a pobreza e a marginalização são exemplos de objetivos da República Federativa do Brasil enumerados expressamente no texto da Constituição Federal.
- **d)** O Brasil adota o modelo de democracia indireta, segundo o qual embora a titularidade do poder seja do povo, seu exercício se dá apenas por meio dos representantes eleitos.
- **e)** A República Federativa do Brasil, conforme expressamente estabelecido pela Constituição Federal, buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando

à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

- **10.** Sobre os Princípios Fundamentais e os Direitos e Garantias Fundamentais elencados na Constituição Federal, escolha a alternativa correta:
- a) A concessão de asilo político a estrangeiro perseguido politicamente em seu país de origem é um exemplo de direito fundamental cuja titularidade é só de estrangeiro, não obstante a universalidade seja uma das principais características dos direitos fundamentais.
- **b)** A Constituição Federal, ao elencar os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa como fundamentos da República Federativa do Brasil, quis, sobretudo, elevar o trabalho ao condão de direito social, a fim de resguardar a dignidade da pessoa humana e o exercício da cidadania plena.
- c) A Constituição Federal, ao redemocratizar o Estado, trouxe uma ampla e irrestrita liberdade de consciência, de forma que não se pode restringir, sob risco de se configurar a censura, a manifestação de opiniões, mesmo que propagadoras do antissemitismo.
- **d)** O exercício de trabalho ou de profissão, no Brasil, está condicionado à existência de lei regulamentadora, que estabeleça as qualificações profissionais necessárias. Compete privativamente à União a regulamentação de profissões.
- **e)** A construção de uma sociedade livre, justa e igualitária constitui um dos objetivos da República Federativa do Brasil.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Rodolfo Penna

- **11.** Assinale a alternativa incorreta sobre os princípios da Administração Pública:
- **a)** A possibilidade de a Administração fazer acordos ou transações é uma relativização da aplicação do princípio da indisponibilidade do interesse público.
- **b)** Pelo princípio da publicidade, temos que a Administração tem o dever de oferecer transparência



de todos os atos que praticar, e de todas as informações que estejam armazenadas em seus bancos de dados referentes aos administrados, ressalvadas as exceções legalmente previstas.

- **c)** O princípio administrativo da eficiência foi introduzido na Constituição Federal pela Emenda Constitucional nº 19/98. Ele se relaciona com as normas da boa administração no sentido de que a Administração Pública, em todos os seus setores, deve concretizar suas atividades com vistas a extrair o maior número possível de efeitos positivos ao administrado, sopesando a relação custo-benefício.
- **d)** O princípio da supremacia do interesse público reza que a Administração Pública está sempre acima dos direitos e garantias individuais.
- **e)** Pelo princípio da continuidade do serviço público, o serviço público, atendendo a necessidades essenciais da coletividade, como regra, não deve parar.
- **12.** Sobre o tema Organização da Administração Pública, assinale a alternativa que se encontra em consonância com a legislação pátria, doutrina e jurisprudência:
- **a)** As autarquias estão sujeitas ao controle hierárquico do ente que as criou.
- **b)** As empresas públicas deverão ser constituídas pela forma de sociedade anônima.
- **c)** A Administração Indireta está ligada à ideia de descentralização, isto é, à criação de pessoas jurídicas especializadas, as quais estão sujeitas ao controle finalístico das entidades da Administração Direta.
- **d)** As sociedades de economia mista e as empresas públicas prestadoras de serviços públicos não poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.
- **e)** A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ECT não tem o dever jurídico de motivar, em ato formal, a demissão de seus empregados.

- **13.** No que se refere aos institutos da centralização, descentralização, concentração e desconcentração, assinale a alternativa correta.
- **a)** A centralização consiste na execução de tarefas administrativas pelo próprio Estado, por meio de órgãos internos e integrantes da administração pública direta.
- **b)** Na administração pública, descentralizar significa atribuir competências a órgãos de uma mesma entidade administrativa.
- **c)** Ocorre a chamada descentralização por outorga quando o Estado cria uma entidade, uma pessoa jurídica, sem que haja transferência de determinado serviço público.
- **d)** A criação de nova secretaria por governador de Estado caracteriza exemplo de descentralização.
- **e)** A desconcentração é o que ocorre quando há a distribuição interna de atividades administrativas, havendo a criação de nova pessoa jurídica.
- **14.** Assinale a alternativa correta a respeito dos princípios que regem o Direito Administrativo pátrio:
- a) O Supremo Tribunal Federal possui entendimento no sentido de que vedar o acesso de qualquer cidadão a cargo público tão somente em razão da existência de relação de parentesco com servidor público que não tenha competência para o selecionar ou o nomear para o cargo de chefia, direção ou assessoramento, ou que não exerça ascendência hierárquica sobre aquele que possua essa competência é, em alguma medida, negar um dos princípios constitucionais a que se pretendeu conferir efetividade com a edição da Súmula Vinculante n. 13, qual seja, o princípio da impessoalidade.
- **b)** A efetivação de pagamento de precatório em desobediência à ordem cronológica traduz violação ao princípio da impessoalidade, à luz do qual é vedada a atuação administrativa dissociada da moral, dos princípios éticos, da boa-fé e da lealdade.
- **c)** Em consonância com o princípio da legalidade, estatuído no artigo 37, caput, da CF/88, a Administração Pública pode fazer tudo o que a lei não proíbe.



- **d)** Não é possível a autotutela sobre os atos administrativos após a sua impugnação no Poder Iudiciário.
- **e)** Em virtude do princípio da reserva legal, a administração pública deve fazer o que está prescrito em lei e abster-se de atuar quando a lei proibir.
- **15.** A organização administrativa brasileira tem como característica
- **a)** a inexistência de entidades submetidas a certas regras de direito privado.
- **b)** a personificação de entes integrantes da Administração Indireta.
- c) a ausência de relações de hierarquia.
- **d)** a ausência de mecanismos de coordenação e de controle finalístico.
- **e)** a inexistência de previsão de estruturas descentralizadas.
- **16.** Considerando os conceitos da administração pública e os critérios de definição, assinale a alternativa correta
- a) Administração Pública em sentido estrito abrange os órgãos de governo e as funções políticas que eles exercem e também os órgãos e pessoas jurídicas que desempenham funções meramente administrativas.
- **b)** Em sentido subjetivo, a administração pública compreende órgãos e agentes públicos e pessoas jurídicas públicas e privadas encarregadas de exercer a função administrativa da atividade estatal.
- **c)** Administração Pública em sentido amplo abrange os órgãos e pessoas jurídicas administrativas e as funções que eles desempenham.
- **d)** Em sentido objetivo, formal ou orgânico, a administração pública representa o conjunto de atividades que costumam ser consideradas próprias da função administrativa.
- **e)** São usualmente apontadas como próprias da administração pública em sentido material as

seguintes atividades: serviço público, polícia administrativa, exploração de atividade econômica, fomento, intervenção.

- **17.** Acerca dos sistemas de controle da atuação administrativa, é incorreto afirmar que
- a) Não obstante o Brasil ter adotado o sistema francês, a Administração Pública tem o poder-dever de anular os atos administrativos ilegais e o poder de revogar os atos administrativos inconvenientes ou inoportunos, seja por meio de provocação ou por iniciativa da própria administração (de ofício).
- **b)** No sistema francês ou sistema do contencioso administrativo, a justiça comum está proibida de processar a julgar demandas que tenham por objeto a anulação de um ato administrativo por ilegalidade ou ilegitimidade.
- **c)** No sistema inglês ou sistema de jurisdição única, todas as demandas, sejam elas privadas ou administrativas, estão sujeitas à revisão pelo Poder Iudiciário.
- d) Em regra, o sistema adotado pelo Brasil veda a exigência de submissão do pleito à via administrativa ou o esgotamento da esfera administrativa como condição para propositura de ação judicial, tendo em vista o livre acesso à jurisdição consagrado pela Constituição Federal.
- e) O Brasil adotou o sistema de jurisdição única.
- **18.** No que diz respeito as entidades autárquicas, assinale a alternativa correta
- **a)** Os conselhos profissionais são criados sob a forma de autarquia profissional e, tendo em vista a personalidade jurídica de Direito Público, pagam os seus débitos decorrentes de decisão judicial transitada em julgado por meio de precatório.
- **b)** As autarquias são órgãos públicos criados por lei.
- **c)** São pessoas jurídicas de direito público, com capacidade política e de auto-organização.



- **d)** As autarquias desempenham atividades típicas de estado, não podendo, ainda que de forma excepcional, explorar atividade econômica.
- **e)** Possuem imunidade tributária relativa a impostos e taxas e todos os seus bens são inalienáveis e insuscetíveis à usucapião.
- **19.** Relativamente à organização da Administração Pública, assinale a alternativa correta
- **a)** As empresas públicas e as sociedades de economia mista possuem personalidade jurídica de Direito Privado não podendo pagar os seus débitos por meio de precatório.
- **b)** As pessoas jurídicas de direito privado que compõem a administração pública são investidas de poderes de autoridade e encarregadas de realizar funções de interesse público, a partir da descentralização de poderes.
- **c)** As autarquias estaduais estão desobrigadas de licitar a contratação de obras, serviços, compras e alienações.
- **d)** A alienação do controle acionário de empresas públicas e sociedades de economia mista exige autorização legislativa e licitação, exigência que, todavia, não se aplica à alienação do controle de suas subsidiárias e controladas.
- **e)** Por serem entes despersonalizados, os órgãos públicos não detêm capacidade processual para a defesa de suas prerrogativas e competências.
- **20.** Com relação ao regime jurídico da Administração Pública, assinale a alternativa correta
- **a)** A autotutela administrativa é considerada um princípio onivalente, uma vez que decorre da bipolaridade do Direito Administrativo.
- **b)** De acordo com o STF, o princípio da proteção da confiança legítima não autoriza a manutenção em cargo público de servidor público empossado por força de decisão judicial de caráter provisório posteriormente revista, ainda que decorridos mais de cinco anos da investidura no cargo.

- **c)** Em obediência ao princípio da legalidade, a vedação à prática do nepotismo no âmbito da administração pública é condicionada à edição de lei formal.
- **d)** O princípio da continuidade do serviço público impede a interrupção do fornecimento de serviço em favor do cidadão, ainda que fundado no inadimplemento do usuário.
- e) Aos atos da Administração se confere publicidade, nos moldes do que prescreve o caput do art. 37 da Constituição Federal, sendo este proceder abrangente a todo ato que tenha efeito externo, e, por força de tal princípio, o sigilo somente se aplicará a questões de segurança nacional.

DIREITO PENAL

Michael Procópio

- **21.** Valdeci atira contra Claudia no dia 24/01, tendo Claudia falecido 7 dias depois. Sobre o caso narrado e o tempo do crime, o Código Penal Brasileiro adota a teoria:
- a) da ubiquidade.
- b) da atividade.
- c) da equivalência.
- d) do resultado.
- e) da ambivalência.
- **22**. Dentre os vários critérios para a aplicação da Lei Penal, em relação à aplicação da lei no tempo e no espaço, assinale a alternativa CORRETA:
- **a)** A lei temporária é aquela que nasce por um motivo determinado, uma vez decorrido o período de sua duração ou cessadas os motivos que a determinaram não se aplica ao fato praticado durante a sua vigência.
- **b)** Conforme a teoria da atividade, considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.
- **c)** A lei nova, que de qualquer modo beneficiar o agente, aplica-se a todos os fatos anteriores, com exceção se houver sentença penal condenatória transitada em julgado.



- **d)** Há crimes com leis ou decretos anteriores que os definam. Porém, não há pena sem prévia cominação legal.
- **e)** O agente pode não ser punido por fato que lei ou decreto posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais e civis da sentença condenatória.
- **23.** Guilherme, brasileiro residente em Tóquio, Japão, decide matar seu desafeto, Sidney, que reside na cidade de Extrema, MG, Brasil. Guilherme, em sua residência, fabrica um dispositivo explosivo para matá-lo, no dia 07, e, no mesmo dia, posta o objeto em uma unidade de correspondência e transportes em Tóquio, com destino a Extrema. O dispositivo é recebido por Sidney, em Extrema, no dia 15 do mês seguinte. No dia 16 é aberto, explode e mata Sidney. Com relação à aplicação da Lei Penal, e de acordo com os arts. 4º e 6º do CP, assinale a alternativa que traz, respectivamente, o dia do crime e o local em que ele foi praticado.
- a) 07; apenas Tóquio.
- **b)** 07; Tóquio e Extrema.
- c) 15; apenas Extrema.
- **d)** 16; apenas Extrema.
- e) 16; Tóquio e Extrema.
- **24.** Considere o caso hipotético. Houve um homicídio a bordo de uma aeronave privada colombiana no aeroporto de Guarulhos em SP. Nessa situação,
- **a)** o piloto do avião deverá ser forçado a tirar, imediatamente, o avião da área territorial brasileira e o crime será julgado na Colômbia.
- **b)** o crime será apurado diretamente pelo Ministério Público brasileiro, dispensando-se o inquérito policial, em função da eventual repercussão nas relações diplomáticas entre os países envolvidos.
- **c)** a investigação e a punição do fato dependerão de representação do comandante do avião.
- **d)** nada poderá fazer a autoridade policial brasileira: navios e aeronaves são extensões do território do país de origem, não estando sujeitos às leis brasileiras.

- **e)** caberá à autoridade policial brasileira instaurar, de ofício, o inquérito policial para investigar a materialidade e a autoria do delito, que será punido conforme as leis brasileiras.
- **25.** Quanto ao regime das imunidades parlamentares no âmbito constitucional, matéria que diz respeito ao Direito Penal e ao Direito Constitucional, é correto afirmar que
- **a)** Apenas os membros da Câmara dos Deputados, a partir da expedição do diploma que autoriza o exercício do mandato, poderão ser presos somente em caso de flagrante de crime inafiançável.
- **b)** o Supremo Tribunal Federal, antes de receber denúncia contra Senador da República, aguardará autorização dos membros do Senado Federal por maioria de dois terços de votos dos integrantes da Casa Legislativa.
- **c)** Os membros das casas do Congresso Nacional, a partir da expedição do diploma que autoriza o exercício do mandato, poderão ser presos somente em caso de flagrante de crime inafiançável.
- **d)** os vereadores possuem imunidade material e processual.
- **e)** o Superior Tribunal de Justiça, antes de receber denúncia contra Deputado Federal, aguardará autorização dos membros da Câmara dos Deputados por maioria absoluta de votos dos integrantes da Casa Legislativa.
- **26.** O prefeito Ronaldo e o vereador Adelson de um Município da Zona da Mata Mineira participaram de um evento sobre reforma política realizado no Município vizinho, no qual após um debate acalorado, manifestaram opiniões opostas a respeito da conveniência da reeleição para o cargo de Prefeito, ocasião em que se ofenderam mutuamente em público. Se a conduta moralmente ofensiva praticada por eles caracterizar crime comum,
- **a)** Ronaldo poderá ser penalizado, cabendo ao Tribunal de Justiça do Estado processá-lo e julgá-lo,



sendo que Adelson não poderá ser responsabilizado penalmente, por gozar de imunidade parlamentar.

- **b)** Ronaldo poderá ser penalizado, cabendo ao Tribunal de Justiça do Estado processá-lo e julgá-lo durante vigência do mandato, sendo que Adelson também poderá ser responsabilizado penalmente, uma vez que vereadores, diferentemente de deputados federais, senadores e deputados estaduais, não gozam de imunidade.
- c) Ronaldo poderá ser responsabilizado penalmente, cabendo ao Tribunal de Justiça do Estado processá-lo e julgá-lo durante vigência do mandato, sendo que Adelson também poderá ser responsabilizado penalmente, uma vez que Vereadores não gozam de imunidade parlamentar fora da circunscrição do Município.
- d) Ronaldo poderá ser responsabilizado penalmente apenas após o término do mandato, sendo competente para processá-lo e julgá-lo o órgão judiciário estadual previsto na Constituição do Estado, que não necessariamente deve ser o Tribunal de Justiça do Estado, podendo Adelson também ser responsabilizado penalmente, uma vez que vereadores não gozam de imunidade parlamentar fora da circunscrição do Município.
- **e)** poderão ser responsabilizados penalmente Ronaldo e Adelson apenas após o término dos respectivos mandatos, sendo possível, todavia, a responsabilização política de ambos durante o exercício dos mandatos eletivos.
- **27.** Sobre a aplicação da Lei Penal e conflito aparente de normas, assinale a alternativa correta.
- a) Após o trânsito em julgado de sentença condenatória, a aplicação da lei penal mais benéfica compete ao juiz que proferiu a sentença penal condenatória.
- **b)** A lei nova mais gravosa não se aplica, em nenhuma hipótese, ao crime continuado.
- **c)** Aos crimes praticados a bordo de embarcações estrangeiras de propriedade privada, ainda que estejam atracadas em porto brasileiro, aplica-se a lei do país de origem.

- **d)** Crime contra a fé pública do Estado de São Paulo praticado na Argentina ficará sujeito apenas às leis da Argentina, local onde o crime se consumou.
- **e)** As imunidades diplomáticas não se estendem aos empregados particulares dos diplomatas, ainda que oriundos do Estado representado.
- **28.** Pedro foi condenado por homicídio na França, porém, no curso da ação penal na França, Pedro veio para o Brasil fixar seu domicílio para fugir do cumprimento da pena. Em relação à sentença penal estrangeira, pode ter eficácia no Brasil possibilitando a reparação civil *ex delicto*. Para a sua eficácia deve ser homologada pelo:
- a) STJ, desde que haja pedido da parte interessada.
- **b)** STF, independentemente de tratado de extradição ou reciprocidade com a França.
- **c)** STJ, desde que exista tratado de extradição ou reciprocidade com a França
- **d)** STF, desde que exista tratado de extradição ou reciprocidade com a França.
- **e)** STF, dependendo ainda de que tenha sido imposto ao réu medida de segurança ou condenação por crime punido no Brasil com pena de reclusão.
- **29.** A aplicação da Lei Penal, pode variar conforme o tempo e o espaço onde ocorreram os fatos. Sobre a temática da aplicação da lei penal, assinale a opção correta:
- **a)** A sentença estrangeira, quando a aplicação da lei brasileira produz as mesmas consequências, poderá ser homologada no Brasil para todos os efeitos, exceto para obrigar o condenado à reparação dos danos causados no estrangeiro.
- d) Ficam sujeitos à lei brasileira os crimes contra o patrimônio ou a fé pública da União, do DF, de estado, de município, de empresa pública, de sociedade de economia mista, autarquia ou fundação instituída pelo poder público, embora cometidos no estrangeiro, sendo o agente punido segundo a lei brasileira, ainda que absolvido no estrangeiro.
- c) As frações dos dias não devem ser desprezadas nas penas privativas de liberdade e nas restritivas de direitos.



- **b)** O direito penal brasileiro, quanto ao tempo do crime, adota a teoria da atividade, que considera praticado o crime no momento de seu resultado.
- e) Não se aplica lei brasileira nos crimes praticados a bordo de aeronaves ou embarcações estrangeiras de propriedade privada, mesmo que achando-se aquelas em pouso no território nacional ou em voo no espaço aéreo correspondente, e estas em porto ou mar territorial do Brasil.
- **30.** Considerando as regras advindas do estudo da lei penal no tempo e no espaço, analise as afirmativas a seguir e marque a correta.
- a) A novatio legis in pejus, como norma retroativa, é a lei que não existia no momento da prática da conduta e que passa a considerar como delito a ação ou omissão realizada.
- **b)** Depois do trânsito em julgado da condenação, se a aplicação da lei penal mais benéfica depender de mera operação matemática, o juiz da execução da pena é competente para aplicá-la.
- **c)** O princípio da continuidade delitiva típica ocorre quando uma norma penal é revogada, mas a mesma conduta passa a ser considerada crime em tipo penal posteriormente reprovado, mesmo que haja solução de continuidade.
- **d)** Segundo entendimento sumulado do Supremo Tribunal Federal, a lei penal mais leve aplica-se ao crime continuado ou ao permanente, apenas se a sua vigência for anterior à cessação da continuidade ou da permanência, haja vista que tal interpretação mais benéfica ao acusado privilegia o princípio constitucional de presunção de inocência.
- **e)** Após o trânsito em julgado de sentença condenatória, a aplicação da lei penal mais benéfica compete ao juiz que proferiu a sentença penal condenatória.
- **31.** Maurício e Fernando saem para uma trilha num local remoto nos arredores de um parque na região serrana fluminense, no Município de Teresópolis. Após uma discussão dos dois, Maurício acabou atirando contra Fernando. O disparo acertou as costas

de Fernando, que conseguiu fugir do local. Dois dias depois de Fernando ter dado entrada no hospital de Petrópolis, acabou não resistindo em razão do ferimento. Sobre o caso narrado e o tempo do crime, o Código Penal Brasileiro adota a teoria:

- a) da atividade.
- **b)** da ubiquidade.
- c) da equivalência.
- d) do resultado.
- e) da ambivalência.
- **32.** A Lei Geral da Copa, publicada em 2012, trouxe prazo certo e determinado de vigência das normas penais incriminadoras nela tipificadas, ao estabelecer que: "os tipos penais previstos neste Capítulo terão vigência até o dia 31 de dezembro de 2014". Sobre a aplicação da lei penal, é correto afirmar que
- **a)** o Código Penal adotou o princípio da extraterritorialidade, em relação à aplicação da lei penal no espaço. Tal princípio é absoluto, não admitindo qualquer exceção.
- **b)** transitada em julgado a sentença condenatória, a apreciação de revisão criminal compete ao Juízo cognitivo para a aplicação da lei mais benigna.
- **c)** a lei temporária, embora cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante a sua vigência.
- **d)** quando a abolitio criminis se verificar depois do trânsito em julgado da sentença penal condenatória, extinguir-se-ão todos os efeitos penais e extrapenais da condenação.
- **e)** a lei aplicável para os crimes permanentes será aquela vigente quando se iniciou a conduta criminosa do agente.
- **33.** Com relação aos princípios de Direito Penal e à interpretação da lei penal, assinale a alternativa correta.
- **a)** O método interpretativo autêntico contextual visa a dirimir a incerteza ou obscuridade da lei nova.
- **b)** Não se aplica o princípio da individualização da pena na fase cognitiva, apenas na fase executória.



- **c)** A interpretação quanto ao resultado busca o significado da lei de acordo com o resultado e sua influência no desenvolvimento da ciência penal.
- **d)** O princípio da proporcionalidade se dirige ao judiciário como destinatário cujas penas impostas ao autor do delito devem ser proporcionais à concreta gravidade.
- **e)** A interpretação teleológica ou finalística busca alcançar a finalidade da lei, aquilo que ela se destina a regular.
- **34.** Joca, que reside em Belém PA, decide matar um desafeto, Alex, que reside na cidade na fronteira entre o Brasil e o Paraguai, em Foz do Iguacu - PR. Joca viaja para Foz do Iguaçu, no dia 10, para se encontrar com Alex e, ao chegar na cidade, consegue uma arma de fogo ilegal e, no mesmo dia, dispara contra Alex, que estava no lado paraguaio da Ponte da Amizade, acertando-o em cheio na cabeca. Alex falece pouco depois em Ciudad Del Este. Com receio da punição pela morte de Alex, Joca retorna para Belém onde se esconde até dia 20. No dia 20, após investigações, Joca decide sair de seu esconderijo e é encontrado e preso pela polícia em flagrante por portar arma de fogo sem autorização. Com relação à aplicação da Lei Penal, e de acordo com os arts. 4º e 6º do CP, assinale a alternativa que traz, respectivamente, o dia do crime de homicídio e o local em que ele foi praticado.
- a) 10; apenas Belém.
- b) 10; Belém e Cuidad Del Este.
- c) 10; Cuidad Del Este e Foz do Iguaçu.
- d) 10 e 20: Belém e Cuidad Del Este.
- e) 20; apenas Cuidad Del Este.
- **35.** O Direito Penal é orientado por princípios que norteam a aplicação da lei penal, assinale a alternativa correta sobre essa temática.
- **a)** A novatio legis in mellius apenas é aplicada ao réu condenado antes do trânsito em julgado da sentença, pois somente o juiz ou tribunal processante poderá reconhecê-la e aplicá-la.
- **b)** Considerando os princípios informativos da retroatividade e ultratividade da lei penal, a lei nova

- mais benigna será aplicada mesmo quando a ação penal tiver início antes da sua vigência.
- c) A lei material penal terá validade imediata quando for editada por meio de decreto, impactando diretamente a condenação do réu se a denúncia já tiver sido recebida.
- **d)** Por adotar a teoria da ubiquidade, o Código Penal diz praticado o crime tanto no momento da conduta quanto no da produção do resultado.
- **e)** Ainda que se trate de crime permanente, a *novatio legis in pejus* não poderá ser aplicada se efetivamente agravar a situação do réu.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Guilherme Rezende

- **36.** Assinale a alternativa incorreta:
- **a)** A lei processual penal aplicar-se-á desde logo, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior.
- **b)** A lei processual penal admitirá interpretação extensiva e aplicação analógica, bem como o suplemento dos princípios gerais de direito.
- **c)** O processo penal terá estrutura acusatória, sendo permitida a iniciativa do juiz apenas em relação à decretação das medidas cautelares.
- **d)** A polícia judiciária será exercida pelas autoridades policiais no território de suas respectivas circunscrições e terá por fim a apuração das infrações penais e da sua autoria.
- e) As funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais exercidas pelo delegado de polícia são de natureza jurídica, essenciais e exclusivas de Estado.
- **37.** Assinale a alternativa incorreta:
- **a)** As funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais exercidas pelo delegado de polícia são de natureza jurídica, essenciais e exclusivas de Estado.



- **b)** O indiciamento, privativo do delegado de polícia, dar-se-á por ato fundamentado, mediante análise técnico-jurídica do fato, que deverá indicar a autoria, materialidade e suas circunstâncias.
- **c)** Nos crimes de ação pública o inquérito policial será iniciado sempre de ofício.
- d) Nos crimes de ação pública o inquérito policial será iniciado mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público, ou a requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representálo.
- **e)** Do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito caberá recurso para o chefe de Polícia.

38. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Qualquer pessoa do povo que tiver conhecimento da existência de infração penal em que caiba ação privada poderá, verbalmente ou por escrito, comunicá-la à autoridade policial, e esta, verificada a procedência das informações, mandará instaurar inquérito.
- **b)** O inquérito, nos crimes em que a ação pública depender de representação, não poderá sem ela ser iniciado.
- **c)** Nos crimes de ação privada, a autoridade policial somente poderá proceder a inquérito a requerimento de quem tenha qualidade para intentá-la.
- d) Nos crimes de ação pública o inquérito policial será iniciado mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público, ou a requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representálo.
- **e)** Do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito caberá recurso para o chefe de Polícia.

39. Assinale a alternativa incorreta:

a) Para verificar a possibilidade de haver a infração sido praticada de determinado modo, a autoridade

- policial poderá proceder à reprodução simulada dos fatos, sendo obrigatória a participação do investigado.
- **b)** Todas as peças do inquérito policial serão, num só processado, reduzidas a escrito ou datilografadas e, neste caso, rubricadas pela autoridade.
- c) O inquérito deverá terminar no prazo de 10 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 30 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.
- **d)** A autoridade fará minucioso relatório do que tiver sido apurado e enviará autos ao juiz competente.
- **e)** Quando o fato for de difícil elucidação, e o indiciado estiver solto, a autoridade poderá requerer ao juiz a devolução dos autos, para ulteriores diligências, que serão realizadas no prazo marcado pelo juiz.

40. Assinale a alternativa incorreta:

- **a)** Os instrumentos do crime, bem como os objetos que interessarem à prova, acompanharão os autos do inquérito.
- **b)** O inquérito policial acompanhará a denúncia ou queixa, sempre que servir de base a uma ou outra.
- **c)** O Ministério Público não poderá requerer a devolução do inquérito à autoridade policial, senão para novas diligências, imprescindíveis ao oferecimento da denúncia.
- **d)** Durante a investigação preliminar, o ofendido, ou seu representante legal, e o indiciado poderão requerer qualquer diligência, que será obrigatoriamente realizada.
- **e)** O Ministério Público não poderá requerer a devolução do inquérito à autoridade policial, senão para novas diligências, imprescindíveis ao oferecimento da denúncia.

41. Assinale a alternativa incorreta:

a) Nos casos em que servidores vinculados às instituições dispostas no art. 144 da Constituição



Federal figurarem como investigados em inquéritos policiais, inquéritos policiais militares e demais procedimentos extrajudiciais, cujo objeto for a investigação de fatos relacionados ao uso da força letal praticados no exercício profissional, de forma consumada ou tentada, incluindo as situações dispostas no art. 23 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), o indiciado poderá constituir defensor. Nestas situações o investigado deverá ser citado da instauração do procedimento investigatório, podendo constituir defensor no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas a contar do recebimento da citação.

- **b)** O Ministério Público não poderá requerer a devolução do inquérito à autoridade policial, senão para novas diligências, imprescindíveis ao oferecimento da denúncia.
- **c)** A autoridade policial poderá mandar arquivar autos de inquérito apenas quando constatar a inviabilidade da persecução.
- **d)** Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial poderá proceder a novas pesquisas, se de outras provas tiver notícia.
- e) Nos crimes em que não couber ação pública, os autos do inquérito serão remetidos ao juízo competente, onde aguardarão a iniciativa do ofendido ou de seu representante legal, ou serão entregues ao requerente, se o pedir, mediante traslado.

42. Assinale a alternativa incorreta:

- **a)** A autoridade assegurará no inquérito o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da sociedade.
- **b)** A incomunicabilidade do indiciado somente será admitida apenas em caso de estado de defesa e dependerá sempre de despacho nos autos.
- c) É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.

- **d)** É direito do advogado comunicar-se com seus clientes, pessoal e reservadamente, mesmo sem procuração, quando estes se acharem presos, detidos ou recolhidos em estabelecimentos civis ou militares, ainda que considerados incomunicáveis.
- e) É direito do advogado ter a presença de representante da OAB, quando preso em flagrante, por motivo ligado ao exercício da advocacia, para lavratura do auto respectivo, sob pena de nulidade e, nos demais casos, a comunicação expressa à seccional da OAB.

43. Assinale a alternativa incorreta:

- a) É direito do advogado nas salas e dependências de audiências, secretarias, cartórios, ofícios de justiça, serviços notariais e de registro, e, no caso de delegacias e prisões, mesmo fora da hora de expediente e independentemente da presença de seus titulares.
- b) É direito do advogado examinar, em qualquer instituição responsável por conduzir investigação, mesmo sem procuração, autos de flagrante e de investigações de qualquer natureza, findos ou em andamento, ainda que conclusos à autoridade, podendo copiar peças e tomar apontamentos, em meio físico ou digital.
- c) É direito do advogado assistir a seus clientes investigados durante a apuração de infrações, sob pena nulidade absoluta do respectivo de interrogatório ou depoimento e, subsequentemente, de todos os elementos investigatórios e probatórios decorrentes ou derivados. direta indiretamente, podendo, inclusive, no curso da respectiva apuração e apresentar razões e quesitos.
- **d)** A autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência de infração de menor potencial ofensivo lavrará termo circunstanciado e o encaminhará imediatamente ao Juizado, com o autor do fato e a vítima, providenciando-se as requisições dos exames periciais necessários.
- e) Se o órgão do Ministério Público, ao invés de apresentar a denúncia, requerer o arquivamento do inquérito policial ou de quaisquer peças de informação, o Delegado, no caso de considerar



improcedentes as razões invocadas, fará remessa do inquérito ou peças de informação ao procuradorgeral, e este oferecerá a denúncia, designará outro órgão do Ministério Público para oferecê-la, ou insistirá no pedido de arquivamento, ao qual só então estará o juiz obrigado a atender.

44. Assinale a alternativa incorreta:

- **a)** A ação penal é pública, salvo quando a lei expressamente a declara privativa do ofendido.
- **b)** A ação pública é promovida pelo Ministério Público, dependendo, quando a lei o exige, de representação do ofendido ou de requerimento do Ministro da Justiça.
- **c)** A ação de iniciativa privada é promovida mediante queixa do ofendido ou de quem tenha qualidade para representá-lo.
- **d)** A ação de iniciativa privada pode intentar-se nos crimes de ação pública, se o Ministério Público não oferece denúncia no prazo legal.
- **e)** No caso de morte do ofendido ou de ter sido declarado ausente por decisão judicial, o direito de oferecer queixa ou de prosseguir na ação passa ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.

45. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Quando a lei considera como elemento ou circunstâncias do tipo legal fatos que, por si mesmos, constituem crimes, cabe ação pública em relação àquele, desde que, em relação a qualquer destes, se deva proceder por iniciativa do Ministério Público.
- **b)** Salvo disposição expressa em contrário, o ofendido decai do direito de queixa ou de representação se não o exerce dentro do prazo de 6 (seis) meses, contado do dia em que perpetrada a infração penal.
- **c)** O direito de queixa não pode ser exercido quando renunciado expressa ou tacitamente.
- **d)** Importa renúncia tácita ao direito de queixa a prática de ato incompatível com a vontade de exercêlo; não a implica, todavia, o fato de receber o ofendido a indenização do dano causado pelo crime.

e) O perdão do ofendido, nos crimes em que somente se procede mediante queixa, obsta ao prosseguimento da ação.

46. Assinale a alternativa incorreta:

- **a)** O perdão do ofendido, nos crimes em que somente se procede mediante queixa, obsta ao prosseguimento da ação.
- **b)** O perdão, no processo ou fora dele, pode ser expresso ou tácito, e se concedido a qualquer dos querelados, a todos aproveita.
- **c)** O perdão, no processo ou fora dele, pode ser expresso ou tácito, e se concedido por um dos ofendidos, não prejudica o direito dos outros.
- **d)** O perdão, no processo ou fora dele, pode ser expresso ou tácito, e mesmo que querelado o recuse, não produz efeito.
- **e)** Perdão tácito é o que resulta da prática de ato incompatível com a vontade de prosseguir na ação.

47. Assinale a alternativa incorreta:

- **a)** O perdão pode ser concedido até mesmo após o trânsito em julgado, no prazo disposto para o ajuizamento de ação rescisória.
- **b)** O perdão, no processo ou fora dele, pode ser expresso ou tácito, e se concedido a qualquer dos querelados, a todos aproveita.
- **c)** O perdão, no processo ou fora dele, pode ser expresso ou tácito, e se concedido por um dos ofendidos, não prejudica o direito dos outros.
- **d)** O perdão, no processo ou fora dele, pode ser expresso ou tácito, e se o querelado o recusa, não produz efeito.
- **e)** Perdão tácito é o que resulta da prática de ato incompatível com a vontade de prosseguir na ação.



- **48.** Assinale a alternativa incorreta:
- **a)** A ação penal relativa ao crime de lesão corporal resultante de violência doméstica contra a mulher é pública condicionada a representação.
- **b)** É concorrente a legitimidade do ofendido, mediante queixa, e do ministério público, condicionada à representação do ofendido, para a ação penal por crime contra a honra de servidor público em razão do exercício de suas funções.
- c) Além das hipóteses do Código Penal e da legislação especial, dependerá de representação a ação penal relativa aos crimes de lesões corporais leves e lesões culposas.
- **d)** As fundações, associações ou sociedades legalmente constituídas poderão exercer a ação penal, devendo ser representadas por quem os respectivos contratos ou estatutos designarem ou, no silêncio destes, pelos seus diretores ou sócios-gerentes.
- **e)** O direito de representação poderá ser exercido, pessoalmente ou por procurador com poderes especiais, mediante declaração, escrita ou oral, feita ao juiz, ao órgão do Ministério Público, ou à autoridade policial.
- **49.** O crime de lesão corporal culposa praticado na direção de veículo automotor praticado pelo Presidente da República, estando o condutor sob influência de álcool ou substância psicoativa que determine dependência reclama:
- a) ação penal privada personalíssima
- b) ação penal pública incondicionada
- c) ação penal pública condicionada a representação
- **d)** ação penal pública condicionada a requisição do Ministro da Justiça
- e) ação penal privada subsidiária da pública.
- **50.** Assinale a alternativa incorreta:

- **a)** A lei processual penal aplicar-se-á desde logo, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior.
- **b)** A lei processual penal admitirá interpretação extensiva e aplicação analógica, bem como o suplemento dos princípios gerais de direito.
- **c)** O processo penal terá estrutura acusatória, sendo permitida a iniciativa do juiz apenas em relação à decretação das medidas cautelares.
- **d)** A polícia judiciária será exercida pelas autoridades policiais no território de suas respectivas circunscrições e terá por fim a apuração das infrações penais e da sua autoria.
- **e)** As funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais exercidas pelo delegado de polícia são de natureza jurídica, essenciais e exclusivas de Estado.

LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL

Aley Fade

- **51.** Com base na Lei dos Crimes Hediondos (Lei n.º 8.072/90), são considerados crimes hediondos, exceto:
- a) Lesão corporal dolosa de natureza gravíssima e lesão corporal seguida de morte quando praticadas contra autoridade ou agente integrantes do sistema prisional e da Força Nacional de Segurança Pública, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau, em razão dessa condição.
- **b)** Homicídio simples quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio, desde que cometido por mais de um agente.
- **c)** Roubo qualificado pelo resultado lesão corporal grave ou morte.
- d) Estupro.
- **e)** Furto qualificado pelo emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum.
- **52.** Com base na Lei dos Crimes Hediondos (Lei n.º 8.072/90), assinale a alternativa INCORRETA:



- **a)** A proprietária de uma casa de prostituição praticou crime hediondo ao induzir e explorar sexualmente duas meninas de quinze anos de idade.
- **b)** Os crimes hediondos são insuscetíveis de anistia, graça e indulto.
- **c)** Somente recebem a classificação de hediondos os crimes previstos legalmente que tenham se consumado.
- **d)** A epidemia com resultado morte (art. 267, §1º, do Código Penal) é considerado crime hediondo.
- **e)** Em caso de sentença condenatória, o juiz decidirá fundamentadamente se o réu poderá apelar em liberdade.

53. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, abrangidas ou não pela Lei n.º 9.099/95, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, por dois a quatro anos, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena.
- **b)** Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos da Lei n.º 9.099/95, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa.
- **c)** A Lei n.º 9.099/95 não é aplicável no âmbito da Justiça Militar.
- **d)** A competência do Juizado Especial Criminal será determinada pelo lugar onde ocorrer o resultado da infração penal.
- **e)** No âmbito do Juizado Especial Criminal não se fará citação por edital.
- **54.** Matheus praticou uma infração penal contra Marcelo, por isso foi preso em flagrante delito e conduzido até a Delegacia de Polícia. Lá, constatou-se que o tipo penal praticado por Matheus possui pena

- máxima cominada de dois anos e multa. Nessa situação hipotética, a autoridade policial deverá:
- **a)** Lavrar termo circunstanciado e o encaminhar imediatamente ao Juizado, com o autor do fato e a vítima, providenciando-se as requisições dos exames periciais necessários.
- **b)** Converter a prisão em flagrante em preventiva, quando presentes os requisitos constantes do art. 312 do Código Penal, e se revelarem inadequadas ou insuficientes as medidas cautelares diversas da prisão.
- **c)** Lavrar termo circunstanciado e o encaminhar imediatamente ao Juizado, exigindo-se o pagamento de fiança por parte de Matheus.
- **d)** Instaurar Inquérito Policial mediante a lavratura de auto de prisão em flagrante.
- **e)** Lavrar termo circunstanciado e o encaminhar imediatamente ao Juizado, impondo ao autor do fato prisão em flagrante.
- **55.** Com base no Código de Trânsito Brasileiro, a conduta de conduzir veículo automotor com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência será constatada:
- **a)** Por sinais que indiquem, na forma disciplinada pelo CONTRAN, alteração da capacidade psicomotora, ou por concentração igual ou superior a 3 decigramas de álcool por litro de sangue ou igual ou superior a 0,6 miligrama de álcool por litro de ar alveolar.
- **b)** Por sinais que indiquem, na forma disciplinada pelo CETRAN, alteração da capacidade psicomotora, ou por concentração igual ou superior a 6 decigramas de álcool por litro de sangue ou igual ou superior a 0,3 miligrama de álcool por litro de ar alveolar.
- c) Por concentração igual ou superior a 6 decigramas de álcool por litro de sangue ou igual ou superior a 0,6 miligrama de álcool por litro de ar alveolar ou por sinais que indiquem, na forma disciplinada pelo CONTRAN, alteração da capacidade psicomotora.
- **d)** Por sinais que indiquem, na forma disciplinada pelas JARI, alteração da capacidade psicomotora, ou



por concentração igual ou superior a 6 decigramas de álcool por litro de sangue ou igual ou superior a 0,3 miligrama de álcool por litro de ar alveolar.

- **e)** Por concentração igual ou superior a 6 decigramas de álcool por litro de sangue ou igual ou superior a 0,3 miligrama de álcool por litro de ar alveolar; ou por sinais que indiquem, na forma disciplinada pelo CONTRAN, alteração da capacidade psicomotora.
- **56.** Com base no art. 302, §§1º e 3º, do Código de Trânsito Brasileiro, o crime de homicídio culposo na direção de veículo automotor tem a pena aumentada de 1/3 (um terço) à metade, se o agente:
- a) Praticá-lo em faixa de pedestres ou na calçada.
- **b)** Conduz veículo automotor sob a influência de álcool ou de qualquer outra substância psicoativa que determine dependência.
- c) Utilizando veículo em que tenham sido adulterados equipamentos ou características que afetem a sua segurança ou o seu funcionamento de acordo com os limites de velocidade prescritos nas especificações do fabricante.
- d) Praticá-lo em via pública, durante corrida, disputa ou competição automobilística ou ainda durante exibição ou demonstração de perícia em manobra de veículo automotor, não autorizada pela autoridade competente, gerando situação de risco à incolumidade pública ou privada.
- e) For contumaz infrator das normas de trânsito.
- **57.** Matheus, servidor público, foi condenado pelo crime de tortura qualificada pelo resultado morte a uma pena de nove anos de reclusão. Essa condenação acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pelo prazo de:
- a) Nove anos
- **b)** Dez anos
- c) Quatro anos e seis meses
- d) Dezoito anos

- e) Dezesseis anos
- **58.** À luz das previsões legais da Lei n.º 2.889/1956, pratica crime de genocídio, exceto:
- **a)** Quem, com a intenção de destruir, no todo ou em parte, grupo nacional, étnico, racial ou religioso, matar membros do grupo.
- **b)** Quem, com a intenção de destruir, no todo ou em parte, grupo nacional, étnico, racial ou religioso, causar lesão grave à integridade física ou mental de membros do grupo.
- **c)** Quem, com a intenção de destruir, no todo ou em parte, grupo nacional, étnico, racial ou religioso, efetuar a transferência forçada de crianças do grupo para outro grupo.
- **d)** Quem, com a intenção de destruir, no todo ou em parte, grupo nacional, étnico, racial ou religioso, adotar medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio do grupo.
- **e)** Quem, com a intenção de destruir, no todo ou em parte, grupo nacional, étnico ou religioso, submeter intencionalmente o grupo a condições de existência capazes de ocasionar-lhe **apenas a** destruição física total.
- **59.** Assinale a alternativa INCORRETA:
- **a)** Para a Lei de Drogas consideram-se como drogas as substâncias ou os produtos capazes de causar dependência, assim especificados em lei ou relacionados em listas atualizadas periodicamente pelo Poder Executivo da União.
- b) Não comete crime aquele que prescrever ou ministrar, culposamente, drogas sem que o paciente necessite, ou fazê-lo em doses excessivas ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, visto que esta ação, quando não dolosa, não é punível no ordenamento jurídico brasileiro.
- c) Ao usuário e ao dependente de drogas em cumprimento de pena privativa de liberdade ou submetido à medida de segurança, em razão da



prática de infração penal, a lei assegura oferta de atenção de saúde definida pelo respectivo sistema penitenciário.

- d) É cabível a aplicação retroativa da Lei n. 11.343/2006, desde que o resultado da incidência das suas disposições, na íntegra, seja mais favorável ao réu do que o advindo da aplicação da Lei n. 6.368/1976, sendo vedada a combinação de leis.
- **e)** A majorante do tráfico transnacional de drogas (art. 40, I, da Lei n. 11.343/2006) configura-se com a prova da destinação internacional das drogas, ainda que não consumada a transposição de fronteiras.
- **60.** A respeito do artigo 33 (e parágrafos) da Lei de Drogas, é correto afirmar que:
- **a)** O tráfico privilegiado é tido como equiparado a crime hediondo.
- **b)** Não cabe a aplicação de pena restritiva de direitos ao tráfico privilegiado.
- **c)** O artigo 33, caput, da lei de Drogas é um exemplo de tipo misto cumulativo.
- **d)** A utilização da reincidência como agravante genérica e circunstância que afasta a causa especial de diminuição da pena do crime de tráfico caracteriza 'bis in idem'
- **e)** Quem vende ou entrega drogas, sem autorização ou em desacordo com a determinação legal ou regulamentar, a agente policial disfarçado, pode estar diante de um caso de delito putativo por obra do agente provocador.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

- **61.** Para qualificar os bens e regular as relações a eles concernentes, aplicar-se-á a lei do país em que:
- a) se constituírem;
- b) em regra, estiver domiciliado o seu proprietário;
- **c)** estiver domiciliado o seu proprietário, quando se tratar de penhor;

- d) em que estiverem situados;
- e) for firmado o contrato, no caso de compra e venda.
- **62.** Não é causa que cessa a menoridade:
- a) o casamento de menor de dezesseis anos;
- **b)** o exercício de emprego público efetivo;
- c) a colação de grau em curso de ensino superior;
- **d)** o estabelecimento civil ou comercial, ou a existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria;
- **e)** a emancipação voluntária por concessão dos pais.
- **63.** É também domicílio da pessoa natural, quanto às relações concernentes à profissão, o lugar onde:
- a) está localizada a sede do empregador;
- **b)** resida o contratante;
- c) é recebido o valor pelo serviço ou produto;
- d) esta é exercida;
- e) tiver registro na classe profissional.
- **64.** Em relação aos direitos da personalidade, é correto afirmar que:
- a) são intransmissíveis e irrenunciáveis;
- **b)** em se tratando de morto, terá legitimação para exigir que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade, e reclamar perdas e danoso cônjuge sobrevivente, ou qualquer parente em linha reta, ou colateral até o terceiro grau;
- **c)** é defeso o ato de disposição do próprio corpo em qualquer hipótese;
- **d)** o uso da imagem de torcedor inserido no contexto de uma torcida não induz a reparação por danos morais quando não configurada a projeção, a



identificação e a individualização da pessoa nela representada;

- e) sem autorização, não se pode usar a imagem alheia em propaganda comercial, ainda que a pessoa esteja inserida em uma multidão.
- **65.** Se o ausente deixou representante ou procurador, poderão os interessados requerer que se declare a ausência e se abra provisoriamente a sucessão em:
- a) um ano;
- **b)** dois anos;
- c) três anos;
- d) cinco anos;
- e) dez anos.
- **66.** De acordo com o Código Civil, não se consideram interessados para requerer a sucessão provisória:
- a) o cônjuge não separado judicialmente;
- **b)** os herdeiros presumidos, legítimos ou testamentários;
- **c)** os que tiverem sobre os bens do ausente direito dependente de sua morte;
- d) os credores de obrigações vencidas e não pagas;
- e) o Ministério Público.
- **67.** Não é requisito para que a sentença proferida no estrangeiro seja executada no Brasil:
- a) haver sido proferida por juiz competente;
- **b)** estar traduzida por intérprete autorizado;
- **c)** ter sido homologada pelo Supremo Tribunal Federal;
- d) não tenha sido verificada à revelia;

e) ter passado em julgado e estar revestida das formalidades necessárias para a execução no lugar em que foi proferida

DIREITO EMPRESARIAL

Alessandro Sanchez

- **68.** Otávio pretende atuar na área empresarial e opta pela adoção da forma de Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI). Sobre essa modalidade empresarial, é correto afirmar que:
- **a)** Essa espécie empresarial não está sujeita a inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis.
- **b)** O capital destinado à atividade deverá ser equivalente a pelo menos quarenta salários mínimos.
- **c)** A EIRELI poderá optar pela adoção de firma ou denominação.
- **d)** A inscrição perante o Registro Público de Empresas Mercantis é facultativa.
- e) Nenhuma das anteriores
- **69.** De acordo com Código Civil Brasileiro, no que diz respeito ao empresário, está incorreto o que se afirma em:
- **a)** Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa.
- **b)** Por força de previsão legal, é empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.
- **c)** A lei assegurará tratamento favorecido, diferenciado e simplificado ao empresário rural e ao pequeno empresário, quanto à inscrição e aos efeitos daí decorrentes.
- **d)** Ao empresário, é dispensável a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início de sua atividade.
- e) Nenhuma das anteriores
- **70.** Sobre o direito de empresa, é correto afirmar que:



- a) A empresa individual de responsabilidade limitada poderá resultar da concentração das quotas de outra modalidade societária num único sócio, independentemente das razões que motivaram tal concentração.
- **b)** O nome da empresa individual de responsabilidade limitada será por meio de firma formada pela inclusão da expressão "EIRELI", após a designação da atividade desenvolvida.
- **c)** É dispensada a integralização do capital para se constituir uma empresa individual de responsabilidade limitada.
- d) É vedado constituir empresa individual de responsabilidade limitada para a prestação de serviços de qualquer natureza, cuja remuneração decorra da cessão de direitos patrimoniais de autor ou de imagem, nome, marca ou voz de que seja detentor o titular da pessoa jurídica, vinculados à atividade profissional.
- **e)** A pessoa física ou natural poderá constituir e figurar como sócia em mais de uma empresa individual de responsabilidade limitada, desde que, devidamente limitada a sua participação em relação a cada uma das sociedades constituídas.

DIREITOS HUMANOS

Ricardo Torques

- **71.** A classificação dos direitos humanos permite averiguar como se deu a aplicação desses direitos ao longo do tempo. Sobre a Teoria de Jellinek e sua classificação dos direitos humanos, pode-se afirmar:
- **a)** Jellinek busca classificar os direitos humanos em gerações, relacionando-os com o momento histórico em que ganharam destaque.
- **b)** O *status subjectionis* refere-se à relação na qual o cidadão detém a prerrogativa de exigir uma abstenção do Estado.
- **c)** O *status activus* trata da possibilidade de o indivíduo exigir determinadas prestações do Estado.
- **d)** O *status civitatis* busca exigir atuações positivas do Estado para atendimento dos interesses dos cidadãos.
- **e)** O *status libertatis* diz respeito à relação na qual o cidadão encontra-se em posição inferior em relação ao Estado, devendo submeter-se às determinações estatais.

- **72.** Os fundamentos dos direitos humanos envolvem as bases sobre as quais tais direitos encontram suas razões. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:
- **a)** Dentre as correntes doutrinárias existentes, todas têm em comum o fato de sustentarem que os direitos humanos têm algum fundamento, seja ele a dignidade humana, o jusnaturalismo ou o positivismo.
- **b)** Para a corrente jusnaturalista, os direitos humanos fundamentam-se em normas anteriores e superiores ao próprio direito estatal posto, decorrentes de um conjunto de ideias de origem divina ou fruto da natureza humana.
- c) O fundamento positivista dos direitos humanos estabelece que todos são decorrentes de normas estatais, relacionando-se diretamente com o processo de constitucionalização dos direitos humanos. Há, portanto, uma preponderância do elemento material em detrimento da formalidade.
- **d)** O fundamento moral dos direitos humanos não está vinculado à natureza ou à religião, mas ao pensamento iluminista que, de forma racional, estabelece o que é inerente à condição humana.
- **e)** De acordo com a corrente racional, os direitos humanos são aqueles que independem de normas positivadas para serem válidos, devendo fundar-se nos valores morais da coletividade humana.
- **73.** Em relação à estrutura normativa dos direitos humanos, assinale a alternativa correta:
- **a)** Os direitos humanos possuem normatividade aberta, observando-se uma maior incidência de princípios do que de regras.
- **b)** As regras, também denominadas mandados de otimização, são espécies de normas que deverão ser observadas na maior medida do possível.
- **c)** As regras devem ser aplicadas fazendo uso da técnica de ponderação de interesses, havendo maior ou menor amplitude de acordo com o caso concreto.
- **d)** Os princípios são enunciados jurídicos que se referem a uma situação fática que, se ocorrer, gerará uma consequência jurídica.



- **e)** Para a correta aplicação dos princípios, deve-se utilizar a técnica da subsunção.
- **74.** As características dos direitos humanos permitem conhecer o estágio de desenvolvimento da proteção de tais direitos e possíveis consequências em razão da inobservância. Considerando as formulações doutrinárias, assinale a alternativa correta:
- **a)** Embora sejam reconhecidos internacionalmente, os direitos humanos não são dotados de superioridade normativa, ocupando o mesmo espaço hierárquico que os demais direitos.
- **b)** Os direitos humanos são conquistados em momentos históricos específicos e, por isso, são estanques.
- **c)** A corrente universalista entende que os direitos humanos se destinam a todas as pessoas e abrangem todos os territórios, a exemplo do que ocorre com a Declaração Universal dos Direitos Humanos.
- **d)** Os direitos humanos são absolutos em razão dos valores que se propõem a defender e assegurar.
- **e)** A imprescritibilidade dos direitos humanos evita que estes se esgotem com o passar do tempo e, desse modo, as pretensões indenizatórias também se prolongam no tempo.
- **75.** Em relação às características dos direitos humanos, pode-se afirmar:
- **a)** As regras e princípios que disciplinam os direitos humanos possuem aplicabilidade mediata e direta, dispensando outras normas para que possam ser aplicadas.
- **b)** A dimensão subjetiva dos direitos humanos impõe ao Estado a criação de mecanismos para a promoção de direitos para toda a sociedade.
- **c)** A eficácia vertical dos direitos humanos prevê a aplicação dos direitos humanos às relações entre o Estado e a sociedade, embora, nesse caso, ocupem posição hierárquica de igualdade.
- **d)** A eficácia horizontal dos direitos humanos estabelece a sua aplicação nas relações entre

- particulares, sem a necessidade de instituição de norma definidora de tal obrigação. Nessa situação, o Estado fica impedido de atuar de qualquer modo.
- **e)** A dimensão objetiva dos direitos humanos é dotada de caráter prestacional, fazendo surgir para o Estado a obrigação de uma atuação voltada para a proteção de tais direitos.
- **76.** O estudo das dimensões dos direitos humanos permite identificar determinados grupos de direitos que surgem numa determinada época histórica, sob influência do contexto político, social e econômico. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:
- a) Os direitos humanos de 1ª dimensão (ou 1ª geração) são aqueles relacionados à liberdade, fortemente influenciados pela concepção político-econômica liberal. São exemplos de direitos que surgem nesse período: direitos sociais, econômicos e culturais.
- **b)** Os direitos humanos de 2ª dimensão, relacionados à busca por igualdade na sociedade, sofrem influência do momento histórico de saída do Estado Liberal para o Estado Social. Desse modo, são exemplos desses direitos: os direitos civis e políticos.
- **c)** A 3ª dimensão dos direitos humanos apresenta-se ligada ao sentimento de fraternidade entre os indivíduos. Em razão do cenário pós-guerra, percebe-se a preocupação com a tutela da democracia, o direito à informação e o respeito ao pluralismo político.
- **d)** A 4ª geração dos direitos humanos, de acordo com o doutrinador Norberto Bobbio, está relacionada ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, ao direito do consumidor e a proteção do patrimônio histórico-cultural.
- **e)** O direito à paz é considerado de 5ª dimensão, tendo como marco histórico o atentado às Torres Gêmeas em 11 de setembro de 2001.
- 77. Os Direitos Humanos difundiram-se pouco antes da 1ª Guerra Mundial, vindo a se consolidar definitivamente como ramo do Direito Internacional Público, após a 2ª Guerra Mundial, com a criação da ONU em 1945. Em relação ao processo de



internacionalização dos direitos humanos, é correto afirmar:

- a) A Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada em 1948 pela Assembleia Geral da ONU, é considerada como um marco do processo de internacionalização dos direitos humanos ao refletir o desejo de paz, igualdade, desenvolvimento e cooperação que se espalhou pelo mundo após a Segunda Guerra Mundial.
- **b)** A criação da OIT (Organização Internacional do Trabalho) em 1919 não influenciou em nada o processo de internacionalização por voltar-se para uma área muito específica dos direitos humanos.
- c) O direito humanitário refere-se ao conjunto de normas e medidas que buscavam proteger os direitos humanos nos períodos de guerra, voltando-se exclusivamente para as populações civis atingidas pelos conflitos bélicos.
- **d)** A Liga das Nações, criada em 1920, tinha por finalidade promover a cooperação, a paz e a segurança internacional. Com o advento da Segunda Guerra Mundial, restou evidente o fracasso da Liga e, por isso, verifica-se a sua irrelevância no âmbito da proteção dos direitos humanos.
- **e)** O Tribunal de Nuremberg, por constituir-se como um órgão de exceção, não tem relevância histórica na proteção dos direitos humanos.
- **78.** Tradicionalmente, considera-se que a proteção dos direitos humanos abarca três vertentes principais. Com base no entendimento doutrinário sobre o tema, assinale a alternativa correta:
- a) Os direitos humanos, enquanto vertente de proteção, ganham relevo após a Segunda Guerra Mundial. No entanto, em respeito à soberania dos países, não é possível que um signatário de um tratado internacional denuncie outro Estado por violação a direitos humanos.
- **b)** O direito humanitário foi a primeira tentativa de impor limites à liberdade e autonomia dos Estados, buscando diminuir as tragédias ocorridas em confrontos armados. Do mesmo modo que ocorre com a proteção dos direitos humanos, é possível o recurso individual por parte da vítima.

- **c)** O direito dos refugiados busca proteger os indivíduos que sejam vítimas de discriminação, de limitação às liberdades de expressão e de opinião política, bem como de perseguição legítima pela prática de crimes comuns.
- **d)** O princípio do *non-refoulement* (não devolução) impede que os Estados expulsem os refugiados acolhidos enquanto perdurarem as causas que deram origem à perseguição, de modo a preservar a sua integridade.
- **e)** O direito dos refugiados rege-se pelo princípio do *in dubio pro refugiado*, ou seja, há uma presunção absoluta que obriga a concessão de proteção ao refugiado para, posteriormente, proceder-se à averiguação da sua situação.
- **79.** A Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada em 10 de dezembro de 1948 pela Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um marco na afirmação dos direitos humanos em cenário internacional e é o principal documento do Sistema Global. Com base na Declaração, pode-se afirmar:
- **a)** A Declaração Universal dos Direitos Humanos veda expressamente a escravidão e o tráfico de escravos, mas admite a servidão.
- **b)** Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal, não podendo ser mantido em escravidão ou servidão.
- **c)** Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos, devendo agir em relação uns outros com espírito de igualdade, liberdade e fraternidade.
- **d)** Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e liberdades estabelecidos na Declaração, sem distinção de qualquer espécie, salvo aquelas fundadas na condição política, jurídica ou internacional de seu país.
- **e)** A Declaração Universal dos Direitos Humanos admite que sejam feitas distinções de tratamento quando o sujeito for oriundo de um país ou território sem governo próprio.



- **80.** O Comitê de Direitos Humanos é o principal órgão do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos. Assinale a alternativa correta em relação à sua composição e funções:
- **a)** O Comitê será formado por 18 (dezoito) membros, mediante a realização de eleição pública, cabendo a cada Estado indicar 3 (três) candidatos.
- **b)** O mandato dos membros durará 2 (dois) anos, sendo admitida uma recondução.
- c) Uma das principais atribuições do Comitê é a análise dos relatórios, que serão elaborados e submetidos anualmente pelos Estados ou sempre que solicitado pelo órgão.
- **d)** A comunicação interestatal será admitida pelo Comitê ainda que o Estado não tenha declarado expressamente a aceitação desse mecanismo.
- **e)** Cada Estado signatário do Pacto poderá indicar 2 (duas) pessoas, sendo que essas deverão ser nacionais do Estado que as indicou. O PIDCP veda que a mesma pessoa seja indicada mais de uma vez.

DIREITO AMBIENTAL

Luiz Carlos Oliveira

- **81**. Segundo o Supremo Tribunal Federal, o meio ambiente pode ser entendido em suas vertentes:
- a) natural, social e econômica.
- b) natural, cultural e histórica.
- c) cultural, laboral, natural e artificial.
- d) artificial, natural e laboral.
- e) artificial, cultural e laboral.
- **82**. O princípio do desenvolvimento sustentável visa, precipuamente, conforme doutrina majoritária, a compatibilização entre:
- **a)** desenvolvimento econômico e proteção ambiental apenas.
- **b)** desenvolvimento social e proteção ambiental apenas.

- **c)** proteção ambiental, desenvolvimento econômico e equidade social.
- d) proteção ambiental e equidade social apenas.
- **e)** proteção ambiental, equidade intergeracional e desenvolvimento econômico.
- **83**. Para o Supremo Tribunal Federal, é constitucional a delegação do poder de polícia, por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta desde que tenham:
- **a)** capital social majoritariamente público que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial.
- **b)** capital social majoritariamente público que prestem serviço público de atuação própria do Estado e em regime concorrencial.
- **c)** capital social público que prestem serviço público de atuação própria do Estado, estando ou não em regime concorrencial.
- **d)** parte do capital social público que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial.
- **e)** parte capital social majoritariamente público que prestem serviço público de atuação própria do Estado, estando ou não em regime concorrencial.
- **84**. Nos termos da Lei Complementar 140/2011, é uma ação administrativa dos Estados (DF):
- **a)** aprovar o funcionamento de criadouros da fauna silvestre.
- **b)** promover o licenciamento ambiental de empreendimentos localizados ou desenvolvidos conjuntamente no Brasil e em país limítrofe.
- **c)** promover o licenciamento ambiental de atividades localizadas ou desenvolvidos em terras indígenas.
- **d)** controlar a introdução no País de espécies exóticas potencialmente invasoras que possam ameaçar os ecossistemas, habitats e espécies nativas.



- **e)** exercer o controle ambiental sobre o transporte marítimo de produtos perigosos.
- **85**. Em relação às regras de proteção do meio ambiente previstas na Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que:
- **a)** o dever de preservar o meio ambiente é inerente unicamente ao Poder Público de forma a defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.
- **b)** cabe a União definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção.
- c) compete ao poder público promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.
- **d)** aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, por meio de solução técnica apresentada pelo órgão estadual competente.
- e) a Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense, o Cerrado e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.
- **86.** A empresa Delta Pirita desenvolve atividade de mineração no município de São Feliz do Xingu no Pará. O órgão ambiental municipal emitiu licença ambiental para a prática de extração de minérios da classe 2, previamente autorizada pela Agência Nacional de Mineração, em área de 1 hectare em zona rural. Com o desenvolvimento da atividade, houve contaminação de afluentes do Rio Fresco pelo despejo de rejeitos resultantes do desenvolvimento irregular da atividade, pois não atendeu às determinações contidas na licença de operação. Nesse caso, podemos afirmar que a **responsabilidade administrativa** pelo dano causado ao meio ambiente é:

- a) objetiva, baseada na teoria do risco presumido.
- **b)** objetiva, lastreada na teoria do risco integral.
- c) objetiva, baseada na teoria do risco administrativo.
- **d)** subjetiva, independentemente da análise do elemento subjetivo do tipo.
- **e)** subjetiva, devendo ficar comprovado o dolo ou a culpa da empresa quanto ao dano perpetrado.
- 87. Beltrano é proprietário de um imóvel rural de 100 hectares de vegetação nativa no Município de Brasiléia, no Estado do Acre, e pretende efetuar a supressão de vegetação para o plantio de soja em área de campos gerais da Amazônia Legal. A máxima quantidade permitida para cultivo, tendo por base as regras do Código Florestal, que poderá ser autorizada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, como regra, é de:
- a) 20 hectares
- **b)** 40 hectares
- c) 60 hectares
- d) 70 hectares
- e) 80 hectares

MEDICINA LEGAL

Paulo Bilynskyj

- **88.** Na falta de perito oficial, o exame de corpo de delito será realizado:
- **a)** Por uma pessoa idônea, portadora de curso superior preferencialmente em área específica com habilitação técnica relacionada à natureza do exame.
- **b)** Por duas pessoas idônea, portadora de diploma de curso superior em qualquer área.
- c) Por duas pessoas idôneas, portadoras de diploma de curso superior preferencialmente em área específica relacionada à natureza do exame.
- **d)** Por uma pessoa idônea, sem necessidade de curso superior, bastando ter habilitação técnica relacionada à natureza do exame.
- **e)** Por duas pessoas idôneas, portadoras de curso técnico em área pertinente à natureza do exame.



- 89. Um machado é considerado um instrumento:
- a) cortante.
- b) contundente.
- c) perfuro-cortante.
- **d)** perfuro-contundente.
- e) corto-contundente.
- **90**. A ferida incisa produzida na parte lateral do pescoço recebe o nome de:
- a) degola.
- b) decapitação.
- c) esgorjamento.
- d) esquartejamento.
- e) espostejamento.
- **91**. A desordem caracterizada pela excitação sexual por bonecas é chamada de:
- a) edipismo.
- **b)** frotteurismo.
- c) pigmalianismo.
- d) narcisismo.
- e) dolismo.
- **92**. É considerado um fenômeno cadavérico imediato, EXCETO:
- a) insensibilidade.
- **b)** imobilidade.
- c) parada da respiração.
- **d)** rigidez.

- e) inconsciência.
- **93**. A asfixia ocasionada pela obstrução das vias respiratória por meio empoeirado é chamada de:
- a) confinamento.
- b) soterramento.
- c) estrangulamento.
- d) enforcamento.
- e) enganadura.

CRIMINOLOGIA

Flávio Milhomem

- **94.** A respeito do conceito, objeto e método da criminologia, pode-se afirmar, exceto:
- **a)** A Criminologia é definida como uma ciência causalexplicativa da criminalidade, isto é, que investiga as causas da criminalidade, segundo o método experimental.
- **b)** A criminologia é uma ciência dogmática que se preocupa com o ser e o dever ser e parte do fato para analisar suas causas e buscar definir parâmetros de coerção punitiva e preventiva.
- **c)** A criminologia utiliza um método analítico para desenvolver uma análise indutiva.
- **d)** A criminologia moderna ocupa-se com a pesquisa científica do fenômeno criminal que vai além da identificação de suas causas; tendo por objeto também a prevenção do fato criminoso e o controle de sua incidência.
- **e)** A análise criminológica do crime diferencia-se da análise jurídica pois, neste, o jurista parte de premissas corretas para deduzir delas as oportunas consequências (método dedutivo).
- **95.** No que toca às teorias sociológicas da criminologia, pode-se afirmar, salvo:
- a) Na perspectiva macrossociológica, o pensamento criminológico moderno é influenciado por duas



visões: a das teorias de consenso e a das teorias de conflito.

- **b)** As teorias sociológicas de consenso consideram que os objetivos da sociedade são atingidos quando as instituições funcionam e os indivíduos, que dividem os mesmos valores, concordam com as regras de convívio.
- **c)** As teorias sociológicas do conflito consideram que a harmonia social advém da coerção e do uso da força, pois as sociedades estão sujeitas a mudanças contínuas e são predispostas à dissolução.
- **d)** São exemplos de teorias do consenso a Escola de Chicago, a teoria de associação diferencial, a teoria da subcultura do delinquente e a teoria do etiquetamento.
- **e)** São exemplos de teorias do consenso a Escola de Chicago, a teoria de associação diferencial, a teoria da anomia e a teoria da subcultura do delinquente.
- **96.** A respeito da interação entre criminologia, política criminal e direito penal, assinale a alternativa incorreta:
- **a)** A criminologia, a política criminal e o Direito Penal são três pilares do sistema das ciências criminais, inseparáveis e interdependentes.
- **b)** Em relação ao conceito de ciência penal total, a criminologia representa o momento

decisional; a política criminal, o explicativo-empírico; e o Direito Penal, o normativo.

- c) A política criminal deve se incumbir de transformar a experiência criminológica em opções e estratégias concretas assumíveis pelo legislador e pelos poderes públicos.
- **d)** A política criminal constitui a sistematização de estratégias, táticas e meios de controle social da criminalidade, com o propósito de sugerir e orientar reformas na legislação positivada.
- **e)** A Política Criminal é uma disciplina que estuda estratégias estatais para atuação preventiva sobre a criminalidade, e que tem como uma das principais finalidades o estabelecimento de uma ponte eficaz

entre a criminologia, enquanto ciência empírica, e o direito penal, enquanto ciência axiológica.

- **97.** Em relação à criminologia feminista, assinale a alternativa INCORRETA:
- **a)** É tema central na criminologia feminista o conceito de patriarcado e suas formas de manifestação.
- **b)** Para a criminologia feminista, é o patriarcado que divide a sociedade em "esfera pública" e "esfera privada", sendo que esta é a esfera em que majoritariamente são perpetuadas as diferentes violências masculinas contra mulheres (violências patriarcais), decorrentes da ideia de que mulheres são inferiores aos homens.
- **c)** A principal contribuição teórica das criminólogas feministas foi identificar que a tese da seletividade não contemplava, em sua origem, a desigualdade de gênero nos diversos grupos sociais.
- **d)** Para a criminologia feminista, a criminologia crítica falha em explicar a violência masculina contra as mulheres e a criminalidade feminina porque parte do pressuposto de que a opressão feminina possui sua origem no capitalismo, ignorando a estrutura do patriarcado.
- e) Segundo a criminologia feminista, o Direito Penal não pode beneficiar um gênero de uma pessoa da mesma forma que uma classe social em detrimento de outra.
- **98.** A respeito do realismo criminológico de esquerda, assinale a alternativa que não corresponde à teoria:
- **a)** Surgiu na América Latina como forma de contrapor o pensamento criminológico eurocêntrico e destacar os problemas da realidade local.
- **b)** Intitula-se realista em reação aos Idealistas que nos anos oitenta do século passado lideraram a pregação da filosofia sustentada pela Criminologia Crítica em oposição à Criminologia Tradicional.
- **c)** É uma vertente do abolicionismo penal que defende a superação do direito penal na sociedade atual por meio de uma política criminal pacifista.



- **d)** Busca reduzir a vitimização dos grupos mais vulneráveis economicamente, que vivem em zonas com alta criminalidade.
- **e)** Traz propostas para a redução da criminalidade dos mais vulneráveis, tais como: implementação de programas sociais nas comunidades, redução das penas nas prisões; e controle de práticas policiais abusivas, dentre outras.
- **99.** A respeito da política criminal, da criminologia e do direito penal, identifique o item errado:
- a) Criminologia é a ciência autônoma e independente que estuda o crime como fenômeno social e o delinquente como agente do ato ilícito, não se restringindo à análise da norma penal e seus efeitos, mas observando principalmente as causas que levam à delinquência, com o objetivo de viabilizar o aperfeiçoamento dogmático do sistema penal.
- **b)** A política criminal consiste na sistematização de táticas, estratégias e meios de controle social da criminalidade, com o propósito de sugerir e orientar reformas na legislação positivada.
- c) O direito penal é ciência do "ser", na medida em que visa diagnosticar as causas da criminalidade por meio da etiologia criminal.
- **d)** A Criminologia visa combater e prevenir a criminalidade por meio da concretização de políticas públicas.
- **e)** A política criminal constitui uma ponte entre o saber criminológico e o saber penal.
- **100.** Sobre as etapas histórico-evolutivas da Criminologia, assinale a alternativa incorreta:
- **a)** A Escola Retribucionista (também chamada de Escola Clássica) se funda em duas premissas básicas: o jusnaturalismo e o contratualismo.
- **b)** A Escola Positivista passou por três grandes fases: antropológica, com os estudos de Cesare Lombroso, Sociológica, com os trabalhos de Enrico Ferri e Jurídica com Rafaelle Garofalo.

- **c)** Cesare Lombroso, expoente do Positivismo, é lembrado por ser o pai da criminologia científica por meio da obra "O Homem Delinquente".
- **d)** A Escola Clássica se valia do método indutivoexperimental para investigar a Criminogênese.
- **e)** Foram defensores da Escola Clássica Marquês de Beccaria e Francesco Carrara.

Preencha o Gabarito

http://bit.ly/Simulado-Delegados-27-02

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

http://bit.ly/Assinatura-ECJ

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link conheça!

https://bit.ly/Sistemas-de-Questões